CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
RELATORIA DO PROJETO DE LEI Nº 130/2021

AUTORA DO PROJETO: Vereadora Débora Santana

EMENTA: "Institui o PROGRAMA SALVADOR CULTURAL E DIGITAL no âmbito Municipal, e dá outras providências."

RELATÓRIO:

Trata-se de projeto de lei de autoria da Vereadora Débora Santana que visa instituir o PROGRAMA SALVADOR CULTURAL E DIGITAL no âmbito Municipal, e dá outras providências.

O Setor de Análise e Pesquisa, em manifestação no processo legislativo, revela que a proposição submetida a estudo está em conformidade com as normas regimentais e da técnica legislativa, sendo constatado em pesquisa em bancos de dados a inexistência de proposição legislativa em tramitação que verse especificamente sobre o tema aludido na epígrafe.

Registre-se que na Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, o Projeto ora analisado sofreu emenda, alterando-se a ementa do projeto. Veja-se:

De: "*Institui o PROGRAMA SALVADOR CULTURAL E DIGITAL no âmbito Municipal, e dá outras providências.*"

Para: "*Autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir o PROGRAMA SALVADOR CULTURAL E DIGITAL no âmbito Municipal, e dá outras providências.*"

Consequentemente, o projeto fora declarado aprovado.

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Na Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, foi designada a relatoria ao Vereador que subscreve o presente parecer.

ESSE É O BREVE RELATÓRIO. PASSO A OPINAR.

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, no uso de suas competências constantes no artigo 163 da Lei Orgânica do Município do Salvador, passará a análise neste parecer se o projeto de lei, uma vez aprovado, não colidirá com os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, com o Plano Plurianual-PPA, a Lei Orçamentária Anual- LOA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO.

Do ponto de vista do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, Resolução nº 910, de 16 de maio de 1991, temos que o projeto atende ao disposto no artigo 188[1] e à Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Além disso, o projeto de Lei, se encontra em conformidade com o art. 30, inciso I e II da Constituição Federal[2], onde se obtém o interesse local da cidade para o referido projeto.

Desse modo, não se vislumbra nenhum impedimento legal à tramitação da presente proposição nesta Casa.

---

[1] **Art. 188, Regimento Interno da CMS.** A iniciativa dos Projetos de Lei cabe a qualquer Vereador, Comissão da Câmara, cidadãos e ao Prefeito, sendo privativa deste a Proposta Orçamentária e aqueles que disponham sobre matéria financeira, criem cargos, funções ou empregos públicos, aumentem vencimentos ou importem em aumento da despesa ou diminuição da receita, ressalvando a competência da Câmara, no que concerne à organização de sua Secretaria e à fixação dos vencimentos dos seus servidores

[2] **Art. 30.** Compete aos municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local; II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

CÂMARA MUNICIPAL DE
SALVADOR

VOTO:

Considerando o exposto no Art. 163, § 1°, da Lei Orgânica do Município de Salvador dentro das competências que lhe é peculiar e também não conflitando com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual, estando abrangida pelos programas e ações previstas em tais leis.

Assim sendo, torna-se o Projeto de Lei de n° 130/2021 apto à **APROVAÇÃO**, haja vista que atende aos aspectos legais, orçamentário e regimentais para seu trâmite regular.

É o parecer.

Salvador/BA, 16 de maio de 2022.

RANDERSON LEAL
VEREADOR